



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2021

Processo Licitatório nº: 18.136/2020

Processo de Recurso nº: 11.798/2021

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2021

OBJETO: Registro de Preços para o FORNECIMENTO DE NUTRIÇÃO e ALIMENTAÇÃO destinadas a pacientes, acompanhantes e funcionários do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, de acordo com a demanda da unidade, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I do edital.

RECORRENTE: ALL BUSSINNESS SERVIÇOS DE COLETA E TRATAMENTO DE RESÍDUO LTDA - CNPJ Nº: 07.406.955/0001-92

RECORRIDO: PREGOEIRO

01. Trata-se de RECURSO interposto pela empresa ALL BUSSINNESS SERVIÇOS DE COLETA E TRATAMENTO DE RESÍDUO LTDA, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 1024/2019, subsidiados pela Lei nº 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo PREGOEIRO da Comissão de Pregão II, no Edital Pregão Eletrônico nº 015/2021.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 038, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 09 de janeiro de 2021, que cria a Comissão



Comissão de Pregão II

de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

05. No dia 06 de maio de 2021, foi declarada vencedora da licitação, objeto do Edital nº 015/2021, a empresa RC NUTRY ALIMENTAÇÃO LTDA., com proposta final no valor de R\$ 3.514.817,46 (três milhões quinhentos e quatorze mil, oitocentos e dezessete reais e quarenta e seis centavos), segunda classificada, após a inabilitação da empresa ALL BUSSINNESS SERVIÇOS DE COLETA E TRATAMENTO DE RESÍDUO LTDA, por não ter apresentado o documento de Habilitação previsto no subitem 19.2 – Prova de Inscrição Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual ou Municipal, conforme o caso, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado, do edital.

06. Em seguida, abriu-se o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 22.1 do Edital nº 0015/2021:

Item 22. [...]

"22.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, dentro do prazo recursal registrado pelo pregoeiro no Sistema Comprasnet SIASG, motivadamente manifestar, em campo



Comissão de Pregão II

próprio do sistema, a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões."

07. A licitante ora RECORRENTE declarou expressamente no meio apto, qual seja, no sistema Comprasnet, às 15:27:50 do dia 06 de maio de 2021, a intenção de impetrar recurso. Assim sendo, a intenção de recurso apresentou-se tempestiva e foi aceita pelo Pregoeiro.

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

08. Alega a RECORRENTE, em síntese, que:

A recorrente alega que "no dia 06 de maio de 2021, foi aberto o Pregão Eletrônico nº 00015/2021, para registro de preços para o fornecimento de nutrição e alimentação destinadas a pacientes, acompanhantes e funcionários do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro"

Prossegue alegando que "a recorrente, na data marcada, ofereceu sua proposta, mas foi inabilitada com a justificativa de que não enviou a Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual ou Municipal, item 19.2."

Suscita ainda que "nesse sentido, houve recusa da proposta da Recorrente, pelo pregoeiro, tendo em vista que esta, supostamente, não apresentou prova da Inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual ou Municipal e que enviou o mesmo posteriormente a abertura do certame."

Pontua que, "conforme documentos apresentados inicialmente, no que tange a Certidão Negativa de Tributos Municipais, consta expressamente o número da referida inscrição municipal, conforme CND que consta dos autos."

A Recorrente destaca que "o referido documento, comprovando a Inscrição Municipal da Empresa em questão, foi junto aos demais apresentados inicialmente, razão pela



Comissão de Pregão II

qual a decisão do pregoeiro restou equivocada, devendo empresa Recorrente ser considerada habilitada para prosseguir no mencionado certame."

III. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

09. Requer a RECORRENTE:

"DOS PEDIDOS

Por todo o exposto acima, pleiteia-se, respeitosamente, à V Sra. que seja, por fim, julgado procedente este recurso, reformando-se a decisão de desclassificação, para:

a) Determinar a anulação de todos os atos do Pregão Eletrônico nº 00015/2021, a partir da fase de apresentação das propostas, com seu consequente refazimento;

b) Determinar a habilitação da empresa recorrente, tendo em vista o cumprimento dos requisitos dispostos no edital."

III. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

10. Nenhuma empresa apresentou alegações em sede de Contrarrazão para o presente recurso, apesar de terem ficado, após a apresentação das razões, intimadas a apresentar em igual prazo, conforme item 22.2 do Edital.

IV. DA ANÁLISE

09. Em relação à primeira indicação de irregularidade manifestada pela Recorrente, foi dito que este pregoeiro a inabilitou sob a alegação de que supostamente, não apresentou prova da Inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual ou Municipal e que enviou o mesmo posteriormente a abertura do certame e que enviou o mesmo posteriormente a abertura do certame.



Comissão de Pregão II

O art. 26 do Decreto 10.024/2019 detalha o procedimento para apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante. Vejamos:

Art. 26. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. (Grifamos.)

Fica claro, então, o dever de todos os licitantes interessados em participar do certame encaminharem previamente, por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação exigidos pelo edital, quando da apresentação de suas propostas.

O Decreto nº 10.024/2019 também exige que o licitante declare, "em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital"

O Decreto nº 10.024/2019 ainda estabelece que os licitantes possam retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema até a abertura da sessão pública (art. 26, § 6º).

Como se vê, o Decreto nº 10.024/2019 disciplina o dever de os licitantes apresentarem os documentos de habilitação juntamente com a proposta antes da abertura da sessão pública.

Consequentemente, por força dos dispositivos aplicáveis, não haveria que se falar, em regra, em complementação posterior dos documentos de proposta e de habilitação que não foram enviados no momento oportuno, não sendo possível a aceitação do documento enviado pela recorrente juntamente com a proposta final reajustada ao menor lance.



Comissão de Pregão II

O § 2º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019 assim dispõe:

Art. 26. [...]

[...]

§ 2º Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e de sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, quando a licitação for realizada por esses entes federativos, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

Na ocasião este pregoeiro, em atendimento ao dispositivo, e as determinações do subitem 10.5 do edital, diligenciou junto ao SICAF, não logrando êxito na obtenção do aludido documento.

A exigência editalícia da prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, está prevista na LGL em seu Art. 29, Inc. II, *in verbis*, com nosso grifo:

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em: (Redação dada pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência)

[...]

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



Comissão de Pregão II

Como pode -se ver na LGL tratam-se de documentos distintos que em conjunto atestam a Regularidade Fiscal da empresa perante as fazendas Municipal e Estadual, conforme o caso.

O documento de inscrição no Cadastro de Contribuintes nas palavras do doutrinador Marçal Justen Filhos, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª edição, 2010, é assim definido:

"A inscrição no Cadastro de Contribuintes destina-se a **permitir a identificação do sujeito e a determinação de que exercita sua atividade regularmente, em termos tributários**. A inscrição no Cadastro constitui-se em obrigação tributária acessória. Destina-se a permitir a fiscalização acerca da ocorrência de fatos tributários e da satisfação dos tributos decorrentes. Se o sujeito não estiver inscrito no Cadastro e pretender realizar certa atividade tributariamente relevante, estará constatada a irregularidade de sua situação. Vale dizer, sem inscrição no cadastro tributário, o sujeito não preenche o requisito de regularidade fiscal. Quem estiver inscrito, poderá ou não encontrar-se em situação de regularidade, o que será apurado em face de outros elementos." (Grifamos)

Sabemos que dependendo do objeto da licitação, será solicitada a prova de inscrição no cadastro de contribuintes somente ESTADUAL, ou somente MUNICIPAL, ou ainda, nos dois âmbitos se necessário, o artigo 193 do CTN preceitua que a prova da quitação de todos os tributos devidos dar-se-á no âmbito da Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. A comprovação de inscrição no cadastro de contribuinte e regularidade fiscal correspondente (estadual ou municipal) considerará a natureza da atividade, objeto da licitação. A exigência de inscrição no cadastro estadual decorre do âmbito da tributação incidente sobre o objeto da licitação; tratando-se de compras incide o ICMS, tributo estadual. Por isso, a comprovação de registro ESTADUAL dos licitantes é fundamental, fazendo parte do rol de exigências do Instrumento convocatório.



Comissão de Pregão II

10. No tocante a segunda alegação manifestada pela da Recorrente que a comprovação da Inscrição Municipal foi apresentada no que tange a Certidão Negativa de Tributos Municipais, na qual consta expressamente o número da referida inscrição.

Como estabelecem os Incisos II e III do artigo 29 da Lei 8666/1993, a prova de inscrição no cadastro de contribuintes e a CND Municipal são documento distintos, e mesmo que não fosse o caso, a prova de inscrição exigível no presente certame, por se tratar de compras é a no âmbito da fazenda estadual tratando-se de incidência de ICMS e não de ISS.

V. DA DECISÃO

11. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa ALL BUSSINNESS SERVIÇOS DE COLETA E TRATAMENTO DE RESÍDUO LTDA, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 015/2021, e no mérito, NEGO PROVIMENTO mantendo a empresa RC NUTRY ALIMENTAÇÃO LTDA habilitada no Pregão em comento.

Nova Friburgo, 20 de maio de 2021.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870